



5º Encontro Internacional de Política Social
12º Encontro Nacional de Política Social
Tema: "Restauração conservadora e novas resistências"
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Mesa coordenada: Determinantes histórico-estruturais da política social e capitalismo dependente: superexploração da força de trabalho e luta de classes.

Política social no capitalismo dependente: superexploração da força de trabalho e a ofensiva conservadora

Beatriz Augusto de Paiva¹

Resumo: O caminho para reflexão e explicação das modalidades de construção das políticas sociais, aqui apresentado para debate, parte dos determinantes estruturais das políticas sociais cuja gênese se encontra datada na consolidação do capitalismo em sua etapa monopolista, mas também atenta para a prospecção da dinâmica do capitalismo dependente latino-americano, em sua configuração sui generis, dada pelas contradições e tendências sempre exacerbadas de nossa processualidade econômico-política, ditada e tensionada por movimentos de dominação endógenos e exógenos, cujas direções ganham conflitualidades e tensões inauditas, decorrentes da especificidade da inserção latino-americana no circuito da economia mundial.

Palavras-chave: política social; dependência; superexploração.

Abstract: The way for reflection and explanation of the modalities of the construction of social policies, presented here for debate, is part of the structural determinants of social policies whose genesis is dated in the consolidation of capitalism in its monopolistic stage, but also points to the prospect of the dynamics of Latin American dependent capitalism, in its sui generis configuration, given by the contradictions and tendencies always exacerbated by our economic-political processuality, dictated and tensioned by endogenous and exogenous movements of domination, whose directions gain unprecedented conflicts and tensions, arising from the specificity of the Latin American insertion in the circuit of the world economy.

Keywords: Social policy; dependency; overexploitation.

Introdução

A coetânea dinâmica imperialista, solo fértil da restauração conservadora em curso, ganhou alargamento de suas bases geopolíticas mais fortemente desde as duas últimas décadas do século XX, com o ocaso do regime soviético e de países de sua órbita. Hipoteticamente, o declínio dos regimes socialistas aglutinados pela União Soviética abriria um tempo onde os conflitos ditados pela guerra fria cessariam, com o

¹ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: <bap@cse.ufsc.br>.

cancelamento da cisão bipolar do mundo. Derruído o mais influente bloco socialista, os conflitos bélicos e os ciclos de crise econômica desencadeada no recém-ampliado mundo capitalista não só se expandiram, como se intensificaram, comprovando que Karl Marx e depois com Friedrich Engels (2013; 2014, 2008) acertadamente revelaram: o capitalismo ergue-se numa estrutura econômica e social iníqua, baseada na exploração e desumanização da força de trabalho, que tende a uma instabilidade sistêmica, afetada pela permanente busca pela ampliação dos lucros, concentração e centralização do capital, nas mãos de poucos e poderosos capitalistas, cujo poder se expande para o Estado moldado segundo seus interesses.

As crises econômicas - urdidas como estratégia de recomposição das taxas globais de lucro - cumprem seu papel de desestabilizar as garantias das classes trabalhadoras, reduzindo sua participação da riqueza social, seja pela contração dos salários e do mercado de trabalho, seja pelo aumento da voracidade do capital junto ao fundo do trabalho, que o Estado maneja pela via tributária e fiscal, em seu orçamento social, mas também, na engrenagem do endividamento público e do saqueio das riquezas socialmente produzidas, pelo capital financeiro internacional e nacional, sob a mais plena supremacia do capital fictício.

O caminho para reflexão e explicação das modalidades de construção das políticas sociais aqui apresentado para debate, parte dos determinantes estruturais das políticas sociais cuja gênese se encontra datada na consolidação do capitalismo em sua etapa monopolista, mas também atenta para a prospecção da dinâmica do capitalismo dependente latino-americano, em sua configuração *sui generis*, dada pelas contradições e tendências sempre exacerbadas de nossa processualidade econômico-política, ditada e tensionada por movimentos de dominação endógenos e exógenos, cujas direções ganham conflitualidades e tensões inauditas, decorrentes da especificidade da inserção latino-americana no circuito da economia mundial.

Sendo assim, nas trilhas vincadas pela matriz marxista, propõem-se a problematizar dilemas que afetam a reprodução da força de trabalho por meio do especial observatório das políticas sociais, considerando os elementos constitutivos da teoria do valor, do Estado burguês e da luta de classes, mas, também, a recuperar a Teoria Marxista

da Dependência, especialmente nos termos que Ruy Mauro Marini (1999; 2011) extraiu de Marx, ao analisar os elementos *sui generis* da reprodução do capital nos países latino-americanos, diretamente determinados pela lógica da superexploração da força de trabalho.

Compartilhamos aqui reflexões parciais alcançadas no âmbito do programa de pesquisa² do IELA/UFSC (Instituto de Estudos Latino-Americanos), na área dos estudos sobre política social e trabalho, aglutinadas no Núcleo de Estudos *Veias Abertas*, referenciado também nos cursos de graduação e de pós-graduação em Serviço Social. A pesquisa ainda em curso busca aprofundar as reflexões acerca dos determinantes estruturais das políticas sociais, a partir da Crítica da Economia Política e da Teoria Marxista da Dependência (TMD), integrantes da grade categorial da *lei do valor*, por meio da apreensão de conteúdos teóricos e mediações históricas capazes de alcançar novas bases de análise sobre as políticas sociais, especialmente determinadas pela dinâmica da produção e reprodução da riqueza pela classe trabalhadora latino-americana.

- I - Fundamentos Teóricos das Políticas sociais: os determinantes estruturais do ordenamento monopolista do capitalismo

A reflexão sobre os fundamentos teóricos da política social aqui proposta filia-se à tradição crítica consagrada nas ciências sociais que encontrou na área do serviço social uma potente interlocução. Ao tratar das condições sócio-históricas da emergência da profissão de serviço social, José Paulo Netto (1992) fornece o painel mais elucidativo dos processos econômicos, políticos e culturais que cercam o fenômeno da "questão social" no espaço-tempo do capitalismo monopolista, revelando suas três dimensões essenciais, quais sejam, a questão do Estado sob o capitalismo dos monopólios, as contraditórias demarcações entre público e privado e os protagonistas histórico-sociais que se confrontam antagônica e contraditoriamente.

² Inicialmente, contou com apoio do CNPq, por intermédio do Programa de Bolsa de Pesquisa Produtividade (2013-14) e de estágio Pós-Doutorado Sênior (2015) junto ao **Grupo de Pesquisa Organização e Práxis Libertadora** do PPGA/UFGRS, coordenado pela Profa. Maria Ceci Araújo Misoczky.

Embora não seja diretamente o tema em análise, nessas três dimensões explicadas por Netto (1992) encontramos os elementos candentes da política social, ao reconhecermos ali os fundamentos das determinações econômicas que explicam a atuação inédita do Estado capitalista em sua fase monopolista, onde a política social torna-se possível, além de necessária do ponto de vista da luta de classes. Ademais, é acrescentada a genial exposição sobre o ethos individualista frente e programática liberal-burguesa que informam o pensamento conservador e suas práticas políticas e culturais, que tanto afetam as mediações profissionais no acesso ao direito e, por fim, nos é advertida como a estratégia reformista e a luta do movimento operário europeu estabeleceu definitivamente o vínculo de classe nas políticas sociais das políticas sociais, inaugurando, ao nosso ver, um novo e insuperável programa de estudo para as políticas sociais.

Ao aportar os novos elementos essenciais que explicam o fenômeno do pauperismo revelado por Karl Marx em sua detalhada exposição sobre a Lei Geral da Acumulação Capitalista, especialmente ao longo da sessão VII de O Capital (MARX, 2013), Netto recompõe com Ernest Mandel (1985), mas a partir do contexto de consolidação da etapa imperialista do capitalismo, como condensado por Lenin, para revelar as novas estruturas ditadas pela necessidade do capital responder metabólica e funcionalmente as exigências ditadas pelo acirramento do conflito das massas operárias e as demandas advindas do processo de reprodução social, pontuadas pelo inédito excedente econômico obtido com monopolização do capital, valendo-se de Paul Baran e Paul Sweesy e também.

Frente à nova composição orgânica do capital ditada pelas transformações das forças produtivas monopolistas, a intervenção estatal modifica e amplia suas responsabilidades e funções. Se até então, organizado nos termos da dinâmica concorrencial do capital, ao Estado burguês correspondia basicamente, mas de forma coercitiva e combinada, responder a dois vetores pontuais e imediatos, quais sejam, de um lado às lutas das massas exploradas e/ou, de outro lado, às exigências de preservação do compósito jurídico-político necessário ao estatuto da propriedade privada burguesa

como um todo, no tempo dos monopólios as medidas se alteram substancialmente. Assim explica Netto (1992):

No capitalismo monopolista, a preservação e controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem: não está condicionada apenas àqueles dois vetores, mas às enormes dificuldades que a reprodução capitalista encontra malha de óbices à valorização do capital no marco do monopólio. [...]. O Processo é mais abrangente e preciso: quer pelas contradições intermonopolistas e entre os monopólios e o conjunto da sociedade, o Estado - como instância político-econômica do monopólio - é obrigado não só a assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas é compelido (e o faz mediante os sistemas de previdência e segurança social, principalmente) a regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para ocupação sazonal, bem como a instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua mobilização e alocação em função das necessidades e projetos do monopólio. (NETTO, 1992, p. 22-23)

Nessa passagem reconhecemos a simbiose entre a questão do Estado e suas novas dimensões econômico-políticas ditadas pelas contradições inauditas e coetâneas do capitalismo em sua captura pelo circuito de acumulação monopolista, donde se configuram as políticas sociais. Embora assumindo inéditas dimensões no âmbito da reprodução social e do processo de acumulação, mais do que nunca o Estado no capitalismo se reveste de um profundo caráter de classe, configurando-se como perfeito *comitê executivo da burguesia*, todavia com uma configuração mais complexa e por isso mais porosas, considerando as funções aparentemente extra-econômicas. A necessidade e a ampla organização de todo um aparato legal, político, administrativo e social necessários para o exercício da legitimação e formulação do consenso, portam um importante paradoxo: não obstante o crescente e vigoroso processo de organização dos trabalhadores ao longo de todo Século XX, ainda que com o arrefecimento nas últimas 4 décadas, o poder político resultante do confronto permanente com o capital, porém, foi quase que completamente absorvido pelo Estado - depositário das novas tarefas de amortecimento e controle do conflito social - conformando a luta de classes ao longo do tempo numa dinâmica de viés coesionador, em essência diversionista e ilusionista, encobertas por expressões diversas, desde a mais liberal-democrática até sua máxima expressão fascista.

Netto (1992) adverte para os elementos que desbordam da natureza de classe do Estado impregnando as políticas sociais de um caráter integrador e disciplinador, que todavia oculta sua natureza classista e antipopular. Assim, além da conversão das políticas sociais - elas próprias de tradutoras dos direitos conquistados - para mercadorias e áreas de valorização do capital, e também para além de sua atribuição controladora e manipuladora, associada às tarefas de dominação estratégica da reprodução e consumo das classes trabalhadoras, a política social opera o mais pernicioso mecanismo de captura e moldagem dos espaços privados, nos seguintes termos:

Aqui é o inteiro cotidiano dos indivíduos que tende a ser administrado, um difuso terrorismo psicossocial se destila pelos poros da vida e se instila em todas as manifestações anímicas e todas as instâncias que outrora o indivíduo podia reservar-se como áreas de autonomia (a constelação familiar, a fruição estética, o erotismo, a criação dos imaginários, a gratuidade do ócio, etc.), convertem-se em limbos programáveis como áreas de valorização potencial do capital monopolista. (NETTO, 1992, p. 35)

A atenção a essas reflexões, já de amplo domínio público, e até aparentemente repetitivas, ao nosso ver ganham não só relevância mas extrema atualidade, quando nos deparamos com os dilemas que atravessaram as análises e as montagens das políticas sociais no Brasil, especialmente, mas também, em muitos outros países latino-americanos nas últimas décadas do Séc. XX e nas quase novas duas desse controverso Séc. XXI. Certamente que o programa de estudo sobre as determinações econômicas das políticas aqui sintetizado nas análises seminais de José Paulo Netto, em sua obra *Capitalismo Monopolista e Serviço Social* (1992), requer a detida e aprofundada remissão aos estudos de Marx e da tradição que o sucedeu para descobrimento dos termos que integram as transformações do capitalismo em seu antagônico processo de extração de valor do trabalho - com as contínuas alterações na composição orgânica do capital - , bem como das estratégias mais agudas de rentismo que dota a acumulação de capital de uma fantasmática dinâmica de valorização e acumulação fictícia ao abrigo do Estado.

Sendo assim, tal programa de estudo encontra-se em franco desenvolvimento, merecendo novas interlocuções e também expansões, donde destacamos o estudo clássico de Carmelita Yasbek (1993) sobre a subalternização da população mediante os serviços das políticas socioassistenciais, passando pela instigante reflexão de Ana Elizabete Motta

sobre o caráter de classe das políticas de seguridade social, bem como a ofensiva do capital sobre os direitos, nos anos 1980/1990, e ainda a obra de Potyara Pereira (2000) sobre as necessidades humanas em contraponto às pretensões minimalistas das políticas anti-universalistas. Em campo complementar, destacam-se os estudos sobre os nexos da política social com o chamado fundo público, que tem em Sara Granermann, Elaine Behring e Evilásio Salvador (SALVADOR, et al., 2012) seus primeiros expoentes.

Sempre na busca de horizontes críticos rigorosos, a sintética caracterização desses plano temático e categorial de matriz marxista para o estudo das políticas sociais abre ainda, ao nosso ver, um conjunto de questões e de reflexões que encontram novos fundamentos no debate sobre a especificidade da política social na realidade latino-americana, percebida e assumida como portadora de especificidades essenciais, no complexa dinâmica global do modo de produção capitalista.

- II - Superexploração da força de trabalho e as políticas sociais no capitalismo dependente

A inserção singular da América Latina na divisão internacional do trabalho, possui dinâmicas que exigem seu deciframento, condizentes com o método materialista-histórico, onde a totalidade não pode ser seccionada por tempos e espaços ditados pela movimentos e processualidades cêntricas, que tendem a ocultar a força política e a complexidade histórica das realidades periféricas.

Desde a complexa investigação da obra de Ruy Mauro Marini em diálogo permanente com Karl Marx, Lenin, Rosa de Luxemburg Ernest Mandel, Paul Baran, Paul Sweesy entre outros já conhecidos desde os estudos orientados pelas reflexões de José Paulo Netto, anteriormente sumariados, buscamos a reconstrução dos elementos distintivos do modo capitalista de organização do processo de produção de mais-valia nas economias dependentes e de sua específica lógica de reprodução da força de trabalho, tal como peculiarizada na América Latina, portanto no Brasil, inseridos no processo histórico de acumulação capitalista do país, particularmente modernizado no Séc. XX.

O desafio que se depreende agora é o de investigar profundamente a América Latina para buscar os conchaves entre a dominação burguesa internacional e a burguesa e

latifundiária nativa, que interdita os sonhos de terra, pão e liberdade, nas latitudes do sul do mundo desde que a invasão e conquista européias fincaram as bases do imperialismo estadunidense do Séc. XX.

Em cada ciclo histórico que se pretenda demarcar, há elementos singulares que exigem a apreensão das dinâmicas específicas, sob pena de obscurecermos sobretudo uma dimensão essencial para a análise das estruturas que permitem e sustentam as políticas sociais em cada realidade concreta, qual seja a dinâmica da luta de classes, tomada aqui não só enquanto expressão da disputa política pela riqueza socialmente produzida, mas ainda como centro mesmo da produção de valor e da expropriação do valor-trabalho pautados pelos antagonismos entre capital e trabalho, associados aos seculares processos de opressão das classes dominantes encasteladas no Estado contra os anseios e reivindicações dos povos originários e trabalhadores latino-americanos, submetidos à extermínios étnicos, culturais, sociais, econômicos e políticos permanentes.

Trata-se de buscar os processos político-econômicos que atam subordinadamente as decisões e interesses políticos e expropiam riquezas desde a etapa inicial da acumulação primitiva do capital, nos tempos do colonialismo, mas que contribuiu decisivamente para as bases da Revolução Industrial na Europa, tendo a frente o império inglês, e também tratar de obter a essencialidade das contradições que submetem a América Latina aos cumprimentos das exigências do intercâmbio desigual ditada pela etapa monopólica e imperialista, perpetuando sua condição de economia exportadora de produtos primários, no saqueio crescente dos recursos minerais e da renda da terra, bem como buscar como a dinâmica mundial coetânea, mediante o estreitamento dos horizontes ofertados pela reconversão econômica neoliberal, aprisiona de forma ainda mais aviltada o continente.

O deciframento da dinâmica da produção e expropriação de valor nas economias periféricas e dependentes dos países da América Latina com os aportes da Teoria Marxista da Dependência, nos termos que, em 1972, Ruy Mauro Marini inaugurou no seu ensaio decisivo "Dialética da Dependência" (2005), reinstala um horizonte crítico revolucionário que o pensamento de José Paulo Netto também possui, claramente explicitadas nas rápidas análises que aqui apresentamos, embora com amplas e

importantes distinções entre ambas as perspectivas. Todavia, a diluição dos estudos que se destinariam a dirigir a práxis transformadora no enfrentamento do capital pelo trabalho, frente às contemporâneas alterações do capitalismo latino-americano, também essenciais aos estudos das políticas sociais, é percebida por Marini como razão do ascenso da estratégia neodesenvolvimentista - já criticada em 1992, em seu livro "América Latina - Dependência e Integração" - bem como à opção pela estratégia redistributivista de roupagem social-democrata, com um reformismo totalmente destituído de estratégias e táticas revolucionárias, que dominou as forças progressistas desde o fim da Ditadura.

Nesse sentido, ao se debruçar sobre a crise teórica do pensamento crítico latino-americano, desde o seu sufocamento pelos anos de repressão, Marini (1992) alertava,

Por parte das forças progressistas, que buscam expressar aspirações das grandes massas, o que se está verificando é o recurso ao nacional-desenvolvimentismo tradicional, e a certas teses da teoria da dependência, o que - pela falta de um referencial teórico dinâmico - tende a representar às vezes uma simples volta ao passado. Isto se pode observar na fixação trabalhista que inspira o brizolismo, na reabilitação da ideologia cardenista, na aparente vitalidade do peronismo, na ressurreição da corrente democrática-cristã chilena, enquanto forças jovens que vem surgindo como o Partido dos Trabalhadores, não se mostram ainda capazes de revolucionar o cenário ideológico-político da região. Na raiz desse fenômeno está a falência do pensamento de esquerda e sua incapacidade de oferecer a base teórica para formulação de uma estratégia política adequada ao momento que vivem os povos da América Latina. [...] Retomar o fio da teoria da dependência como ponto de partida significa reencontrar o melhor do pensamento de esquerda, mas não supõe de modo algum que ela seja resposta suficiente à atual problemática. Pelo Contrário, faz-se necessário assumi-la de modo criador, isto é submetendo-a a uma revisão radical. (MARINI, 1992, p. 100-101)

A revisão crítica que reivindicamos juntamente com Marini encontra na TMD aportes valiosos para deciframento de questões decisivas na explicação dos desafios que se interpõe às políticas sociais, desde as explicações sobre o caráter heterogêneo e anti-universalista das políticas sociais, não obstante os direitos sociais conquistados, passando pela aberta contraditoriedade entre a dimensão socioassistencial e os vínculos com o trabalho superexplorado, e ainda as evidentes capitulações conservadoras que desembocaram, à revelia dos seus formuladores, no mais grotesco assalto ao poder, pela via do golpe jurídico-parlamentar-midiático que alçou ao governo o atual presidente

Michel Temer. Nenhuma dessas questões está abrigada nos temas de Marini, todavia, suas análises acerca do processo de "[...] formação de mais-valia, com a transformação dessas em lucro e com as especificidades que essa metamorfose encerrava" (2005, p.91), contidas na *Dialética da Dependência* abrem os elementos analíticos rigorosamente fieis ao método marxista em um plano categorial abstrato, ao nosso ver, riquíssimo e original.

Nele Marini (2005) explicita a forma específica que o modo de produção capitalista adquire na América Latina, na medida que em expõe o caráter singular das leis econômicas que regem o desenvolvimento no sul do mundo. As contradições inerentes ao ciclo do capital são agudizadas, portanto, requer decifrá-las, explicando o agravamento do caráter explorador do sistema que leva a configurar um regime de superexploração do trabalho, devido aos obstáculos que o processo de extração de mais-valia relativa, especialmente na dimensão relacionada com a intensificação dos processos tecnológicos, cuja composição orgânica do capital é restringida aos países centrais detentores de ciência e tecnologia de ponta. A exigência de mais-valia extraordinária, ao lado dos mecanismos sempre atrasados de composição da mais-valia relativa, induzem a efeitos perturbadores na formação da taxa média de lucro, cuja reversão é inteiramente depositada nas costas do trabalhador brasileiro, alvo perene da superexploração - sempre tomada como componente médio, vale registrar. Ao lado, disso, Marini (2005) em total vinculação à Marx ainda expõe uma característica extremação dos processos de concentração e centralização do capital, vez que o capital internacional disputa em condições sempre vantajosas as empresas e os ramos de negócios mais lucrativos das economias periféricas, como produto inevitável da dinâmica imperialista ao qual nos inserimos, o que não dispensa a violência e a ruptura isstitucional, se preciso for.

A dualidade de um projeto de desenvolvimento capitalista numa sociedade periférica e dependente, sob regimes autocráticos, é explicado também por Ruy Mauro Mariani, quando expõe a seguinte contradição:

A integração imperialista coloca em relevo, pois, a tendência do capitalismo industrial brasileiro que o torna incapaz de criar mercados na proporção de seu desenvolvimento e, mais ainda, impulsiona-o a restringir tais mercados em termos relativos. trata-se de uma agudização da lei geral da acumulação capitalista, isto é, da absolutização da tendência ao pauperismo, que leva ao estrangulamento da própria capacidade produtiva do sistema. [...]. O andamento dessa contradição fundamental do capitalismo brasileiro o leva à mais completa

irracionalidade, isto é, à expansão da produção restringindo cada vez mais a possibilidade de criar, para ela, um mercado nacional, comprimindo os níveis internos de consumo e aumentando constantemente o exército industrial de reserva. (MARINI, 2012, p. 156).

Tais elementos constituem a essência da dependência a qual não pode ser suprimida sem se eliminar o próprio sistema econômico que engendra o capitalismo, é a conclusão decisiva da TMD. Dessa forma, a questão da superexploração adquire centralidade no estudo das políticas sociais:

- 1) É absolutamente decisiva para explicar sua conexão com a luta de classes;
- 2) É igualmente essencial para decifrar as conexões com o processo de valorização do excedente;
- 3) É imprescindível para a articulação dos processos políticos a partir dos quais a classe trabalhadora pode acionar a resistência e a luta em torno de seus direitos.

Considerações Finais

Em linhas gerais, a proposta de debate em torno dos fundamentos da política social nos instiga ainda - pelo convite oportuno do ENPS - a problematizar a ofensiva conservadora, que em tempos de governo do golpe nos alija de um processo de construção do novo e da radicalização, e nos comprime no campo da resistência mais recuada aos ataques destrutivos aos direitos sociais que já se presenciou, em tempos tão curtos e conturbados, como os atuais.

Como expressão paradigmática de contradições no campo das políticas sociais do capitalismo dependente, a resistência contra a destruição dos direitos trabalhistas deve ser percebida como produto também da tensão histórica entre trabalho superexplorado frente ao mercado de trabalho formal, num arranjo dual e heterogêneo que nos peculiariza. Ao mesmo tempo que os trabalhadores formais brasileiros correm o risco de perder direitos essenciais, a resistência às contrarreformas ainda não mobiliza a totalidade dos trabalhadores brasileiros, uma vez que seguem submetidos à superexploração, com seus vínculos informais de trabalho, sem direitos equânimes, sem proteção real a previdência social.

Desta forma, pensar na resistência popular dos trabalhadores contra a ofensiva conservadora do capital, em termos da luta contra a destruição dos direitos sociais, significa suscitar um amplo debate sobre as distintas formas de existência dos trabalhadores, reconhecendo as específicas maneiras e desafios de reprodução da vida, muito para além dos interesses particulares dos estamentos que nos dividem. Caso contrário, os trabalhadores formalizados correm o risco de não encontrarem a adesão política necessária à resistência a essa destruição, pois que a ampla maioria dos trabalhadores superexplorados sequer se reconhecem nos sindicatos e pela legislação protetiva. Camponeses e indígenas, além de mulheres e crianças inseridas no trabalho doméstico, e outros setores superexplorados, têm protagonizado a produção da riqueza em quase completa invisibilidade política. Todos serão descartados, definitivamente, com a proposta do Governo Temer. É preciso que a práxis política de resistência a essa ofensiva do capital e sua restauração conservadora seja capaz de construir essa unidade e força.

Esse processo ganha uma expressão quase caricatural na atual conjuntura brasileira. Próprios da ideologia neoconservadora, argumentos *fantasmáticos*, como *custo fiscal*, *custo-Brasil*, *insolvência do Estado*, ganham volume quase histéricos nos porta-vozes do capital, seja na mídia, nas universidades e nas instituições políticas burguesas, que ocultam o maior problema gerador do mesmo que é o endividamento público e supremacia do capital financeiro na totalidade da vida econômica do país. Esses embustes advogam contra os direitos dos trabalhadores pela necessidade do capital e são invocados nas permanentes contrarreformas, com maior desenvoltura agora pelo governo do golpe, tendo à frente o atual presidente Michel Temer. Por exemplo, no caso do embuste do déficit previdenciário, sabemos que visa ideologicamente atribuir um crise falimentar, um cataclisma do sistema, baseado em diversas mentiras sobre as condições e expectativas de vida dos trabalhadores, sobretudo das trabalhadoras, e sobre a contínua expansão dos gastos, sem mencionar, porém, a sonegação bilionária das contribuições pelos empregadores. A destruição dos direitos trabalhistas em tramitação também se baseia em poderosas mistificações. Do que se trata é a generalização mais plena ainda das formas de extração de mais-valia sem qualquer mediação com os direitos legais, ou regulações

sociais, seja em termos de direitos previdenciários, composição salarial, limites em termos de jornada de trabalho, cláusulas pétreas nas negociações coletiva, descanso semanal obrigatório, férias, 13o. salário, dissídios regulares. A tal da livre-negociação é a instalação do regime de superexploração para a totalidade da força de trabalho brasileira, superando a dualidade que temos mantido a duras penas desde os anos 1940, ainda que com consequências contraditórias para os trabalhadores em sua luta histórica.

Referências

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Col. Os Economistas).

MARINI, Ruy Mauro. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil, In: MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012. (Pátria Grande, 1).

MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e Revolução. In: BARSOTTI, Paulo. & PÉRICAS, Luis Bernardo (Orgs). **América Latina: História, idéias e revolução**. São Paulo: Xamã, 1999.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo: Página Aberta, 1992.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política. Livro II: O processo de circulação do capital**, São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. I Livro Terceiro. Volume 3; 4; 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

NETTO, José Paulo, **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

PEREIRA, Potyara. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

SALVADOR, Evilásio et al. (Orgs). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

YASBECK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 1993.